

Aos Estivadores

TODA A GENTE GANHA CADA VEZ MAIS DINHEIRO NOS PORTOS EXCEPTO OS TRABALHADORES! **ATÉ QUANDO?**

As empresas de estiva estão a ganhar milhões, muitos milhões. E no entanto pagam mal aos seus trabalhadores e degradam as condições de trabalho. Precisamos de perceber que tudo o que não pagam aos trabalhadores vai somar-se ao que acumulam para entregar aos seus accionistas, e que esses muitos milhões que os accionistas ganham servem depois para comprar quem está à venda e lhes serve os interesses nos mais variados palcos, seja em Portugal ou na Europa! É por isso que os Portos crescem, há cada vez mais trabalho, mas a vida dos trabalhadores é cada vez mais precária e difícil. É por isso que os políticos ao serviço das multinacionais todos os dias chantageam o nosso país e o nosso povo.

Só há uma medida que faz com que os capitalistas desistam de parte dos seus lucros e aceitem aumentar os seus trabalhadores: a unidade e a luta dos trabalhadores.

Isso mesmo acaba de ser demonstrado no Porto de Lisboa. Os estivadores estiveram unidos, foram à luta, fecharam o Porto impossibilitando os patrões de ganharem com a exploração, e estes acabaram por ser obrigados a assinar um novo Contracto Colectivo (CCT).

Com este CCT os estivadores de Lisboa não resolveram todos os seus problemas. Mas impediram a redução do preço da força de trabalho que o patronato pretendia (a grelha salarial começa agora nos 850€ e tem mecanismos de progressão automática, diuturnidades, etc), reduziram muitos dos impactos que a lei do Trabalho Português ameaça introduzir em todos os portos, desmantelaram o plano que estava em curso para provocar a insolvência fraudulenta da A-ETPL através de uma segunda «pool» e recuperaram o seu contrato colectivo que a patronal fizera caducar em Outubro de 2015.

E falamos dos Estivadores de Lisboa, mas podíamos falar dos trabalhadores do handling aeroportuário que através da sua unidade e luta obrigaram o Governo a reverter o processo de liberalização em curso, dos trabalhadores do Metro que travaram a caducidade do seu AE ou dos trabalhadores dos STCP que conseguiram o reconhecimento da dívida sobre os descansos compensatórios, e tantos e tantos outros exemplos.

Estes são exemplos recentes, mas também podemos recordar as poderosas jornadas de luta de 1962 que permitiram ao proletariado agrícola do sul, em pleno fascismo, conquistar as 8 horas de trabalho e acabar com o trabalho de sol a sol.

E onde está a força para mudar tudo isto, para melhorar os salários e as condições de trabalho em cada porto? Nos trabalhadores. Na sua unidade, organização e luta.

Porto a Porto, de Sines a Leixões, passando por Setúbal, Aveiro, Viana, Figueira, Lisboa, Algarve e sem esquecer as Regiões Autónomas, importa elevar as condições de trabalho, combater a precariedade e os baixos salários. E isso só será possível através do reforço da unidade e luta dos estivadores. Essa é a tarefa fundamental das células do PCP no sector portuário, células que também importa reforçar.

A ASSINATURA DO CCT PARA O PORTO DE LISBOA DEVE SERVIR DE ESTÍMULO À UNIDADE E LUTA EM TODOS OS PORTOS!

Organiza-te!
Só quem luta pode vencer!



PS/PSD/CDS CHUMBAM

ALTERAÇÃO DA LEI DO TRABALHO PORTUÁRIO

Como já informámos em comunicado anterior*, o PCP apresentou na Assembleia da República um Projecto de Resolução para promover o combate à precariedade e à exploração na Estiva. Sem grandes surpresas, esse projecto foi chumbado a 23 de Junho pelos Partidos que há 40 anos defendem os interesses dos patrões na Assembleia da República - o PS, o PSD e o CDS - e que já em 2013 tinham convergido na aprovação da Lei do Regime Jurídico do Trabalho Portuário.

Importa aqui deixar claro aquilo que estava proposto no Projecto do PCP e que PS, PSD e CDS chumbaram: «**1. Iniciar, com carácter de urgência, um processo de revisão do Regime Jurídico do Trabalho Portuário, envolvendo todas as organizações representativas dos trabalhadores portuários, e que possa levar a uma alteração no sentido de: Salvaguardar o efetivo portuário, no espírito da Convenção n.º 137 da Organização Internacional do Trabalho; Eliminar o regime especial do trabalho portuário, combatendo assim a possibilidade do recurso sistemático à precariedade no sector; Repor as exigências de certificação profissional, voltando a consagrar a obrigatoriedade de atribuição de carteira profissional e garantindo a sua regulamentação e utilização;** **2. Promover a alteração do quadro jurídico das atuais Empresas de Trabalho Portuário e assegurar uma fiscalização eficaz das mesmas, nomeadamente: Para impedir irregularidades e práticas fraudulentas na gestão das empresas, com destaque para a manipulação de resultados e eliminação de postos de trabalho e contratação; Para impedir o sistemático recurso à precariedade, e conduzir à crescente integração de todos os trabalhadores no quadro; Para impedir a imposição de volumes de trabalho extraordinário acima dos máximos legais; Para impedir a multiplicação de ETP por cada porto;** **3. Determinar que, até à conclusão do processo de revisão do**

Regime Jurídico do Trabalho Portuário, seja interrompida a emissão de licenças para novas ETP, e que sejam revistas imediatamente as condições de licenciamento daquelas ETP (como é o caso da PORLIS) que foram claramente criadas para práticas ilegais e condenáveis.»

A aliança dos três partidos da política de direita conseguiu chumar o Projecto apresentado pelo PCP. Mas a revisão do Regime Jurídico do Trabalho Portuário continua a ser necessária, pois ele permite níveis de precariedade e exploração inaceitáveis.

O PCP irá continuar esta luta. E na próxima sessão legislativa, voltará a colocar a proposta de revisão deste Regime. Mas será a luta, a massificação da luta dos estivadores que acabará por derrotar este Regime. Porque a Precariedade é o nosso passado mas não será o nosso futuro!



FOTO AUDIÇÃO DO PCP AOS ESTIVADORES 22 ABRIL 2016

* (disponível em http://dorl.pcp.pt/images/DocumentosPDF/2016/mai/pjr_pelocombateaprecariedademnaestiva.pdf, com o texto completo do Projecto de Resolução)

ALERTA À NAVEGAÇÃO

Três factos merecem ser aqui destacados, como alertas aos trabalhadores do sector, na medida em que representam ameaças aos postos de trabalho ou perspectivas de intensificar o processo de liberalização, de entrega do património público nacional aos capitalistas nacionais e multinacionais. Graves as declarações da Ministra do Mar quando apontava para investimentos no Porto de Setúbal para duplicar valências hoje existentes no Porto de Lisboa (e depois poder fechar estas últimas) mantendo a lógica neoliberal da concorrência entre portos, quando o que interessa ao país é a sua complementariedade. Graves as recomendações do Tribunal de Contas de alargar o prazo das concessões portuárias para 50/70 anos. Graves as recomendações do Autoridade de Mobilidade e Transportes no mesmo sentido. **O PCP continuará a bater-se pelo desenvolvimento soberano dos Portos portugueses, pelo fim da submissão aos ditames das multinacionais e da UE, pela complementariedade da Rede Portuária, para que seja dada prioridade ao investimento reprodutivo e pela crescente ligação dos Portos portugueses ao Aparelho Produtivo Nacional!**